



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005421-29.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **ANA PAULA PEGATIN**
 Requerido: **RAFAEL DE ALMEIDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter vendido um automóvel ao réu, recebendo parte do preço ajustado.

Alegou ainda que em seguida o veículo foi apreendido porque o réu o dirigia sem ser habilitado e posteriormente (após retirá-lo do local em que estava e entregá-lo novamente ao réu) foi lavrada multa pela mesma razão, tendo então permitido a posse do mesmo a pessoa inabilitada.

Salientou que o réu rescindiu o contrato, devolvendo-lhe o automóvel, almejando agora ao ressarcimento dos danos materiais que ele lhe causou (desembolsos para a recuperação do veículo e para o pagamento de multa).

O réu em contestação reconheceu que a transação em apreço se deu nos moldes declinados pela autora, mas ressaltou que ela desde o princípio tinha conhecimento de que não era motorista habilitado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Outrossim, ressaltou que foi da autora a iniciativa de rescindir o negócio, razão pela qual faria jus ao recebimento da multa estipulada no instrumento firmado entre as partes.

As partes foram instadas a esclarecer se desejavam aprofundar a dilação probatória, deixando claro o desinteresse a propósito.

Assim posta a questão debatida, reputo que não existe base suficiente para levar à certeza de como se deram os fatos que desaguarão na rescisão do contrato em apreço.

Se de um lado a autora imputou ao réu a iniciativa nesse sentido, porquanto teria devolvido o automóvel espontaneamente, de outro o réu atribuiu a ela o desejo da rescisão, fazendo-o unilateralmente porque tencionava reaver o bem.

Inexiste, porém, lastro mínimo que respaldasse uma ou outra explicação ou ainda que permitisse definir qual delas deveria preponderar sobre a outra.

Os documentos amealhados não se prestam a tais finalidades e, como já destacado, não foi produzida prova oral que pudesse aclarar a dinâmica do episódio em apreço.

Como se não bastasse, restou positivado que a autora recebeu do réu a importância de R\$ 2.000,00 como forma de pagamento, a qual supera os gastos que posteriormente suportou.

O réu declinou que essa quantia se destinaria precisamente à reparação de tais gastos (mas não comprovou o ajuste a propósito), enquanto a autora noticiou que ela valeria como contraprestação pelo período em que o réu utilizou o automóvel (sem que amealhasse elementos nessa direção).

O panorama traçado conduz à rejeição tanto do pedido inicial como do contraposto formulado pelo réu.

Como eles estão alicerçados na imputação à parte contrária da responsabilidade da rescisão do contrato e como não há suporte para definir de quem foi essa iniciativa, o afastamento de ambos transparece como alternativa mais consentânea com o quadro delineado nos autos.

Num único aspecto, todavia, o pedido contraposto prospera, ou seja, quanto à devolução das notas promissórias entregues à autora relativas ao pagamento a que o réu se comprometeu.

Restou incontroverso que o contrato foi rescindido e conquanto não se saiba a quem isso se deveu é inegável que nada justificaria a permanência das aludidas notas promissórias em poder da autora.

Sua restituição é, portanto, providência que se impõe.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE a ação e PROCEDENTE EM PARTE e o pedido contraposto** para determinar que no prazo máximo de dez dias a autora devolva ao réu as notas promissórias recebidas em decorrência da transação tratadas nos autos.

Transitada em julgado, intime-se a autora pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 19 de outubro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**